

Dezembro de 2006 - Nº18

Edições Anteriores

:: Projeto de lei do Senado propõe novos critérios para a nomeação de conselheiros do CNE.

:: Garantir educação diferenciada aos quilombolas é desafio em Pernambuco.

:: Pagamento de taxas para a realização de exames gera polémica.

:: Conselhos Nacionais de Educação e de Política Criminal vão analisar propostas de diretrizes nacionais para a Educação Penitenciária.

Desafios para uma educação anti-racista

Em 2003, foi promulgada a Lei 10.639, que determina o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Fruto de reivindicação dos movimentos negros ao longo de anos, essa legislação é considerada uma conquista que reconhece e valoriza a participação da cultura negra, além de favorecer a reconstrução das relações étnico-raciais no ambiente escolar, para a superação do racismo que marca a sociedade brasileira.

Três anos depois, como estão sendo trabalhadas as relações étnico-raciais dentro das escolas? Como promover a educação anti-racista nos sistemas de ensino? Qual o papel de professores, alunos, pais e gestores? Essas e outras questões foram debatidas no encontro "Educação Anti-Racista", realizado pelo Observatório da Educação / Ação Educativa no dia 28 de novembro, em São Paulo.

Segundo Andréa Lisboa, da Secad/MEC não existe um diagnóstico preciso sobre a implementação da lei Brasil afora. "Estamos ainda fazendo esse mapeamento. O que sabemos é de alguns estados e municípios com experiência bastante exitosa", afirma. Ela reforça que a sociedade deve cobrar de seus estados e municípios a elaboração de diretrizes que esta como essa legislação será cumprida, nesse cenário, o papel dos conselhos estaduais e municipais de educação. "Assim como essas diretrizes foram elaboradas em nível nacional pelo Conselho Nacional de Educação, elas devem ser adequadas pelo nível estadual e municipal. Mas poucos estados estão fazendo isso", afirma.

Belo Horizonte e Salvador estão entre os municípios cujos conselhos aprovaram diretrizes. Mato Grosso do Sul e Rondônia fizeram o mesmo no nível estadual. "Importante também ressaltar a possibilidade de se acionar o Ministério Público caso a lei não esteja sendo cumprida. O estado do Rio de Janeiro deu um salto muito grande nesse sentido", diz.

De qualquer forma, Andrea considera que houve avanços. "Não se percebe porque é tudo muito recente. Mas basta voltarmos na história. O MEC foi criado em 1932 e apenas em 1995 é que o tema começou a ser discutido. Somente em 2004 foi criada a Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional, responsável por elaborar e implementar políticas educacionais que favoreçam o acesso e a permanência de afro-descendentes em todos os níveis da educação". Naquele mesmo ano, o CNE aprova parecer instituindo oficialmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira.

Nesse sentido, a representante do MEC comentou que os maiores desafios são: formação de professores, produção de materiais didáticos, gestão das instituições de ensino e, também, o próprio projeto político pedagógico das escolas.

Ana Lúcia Silva Souza, educadora e coordenadora da 4ª edição do Concurso Negro e Educação da Ação Educativa e Anped, concorda que houve melhorias. "Quantitativamente, basta ver a oferta de materiais e o aumento no número de pessoas envolvidas no debate", diz. Entretanto, reforça que ainda há muito que aprofundar em

relação ao tema. Indagada sobre a necessidade ou não de uma disciplina específica para tratar do assunto, a pesquisadora disse que, num primeiro momento, a idéia é bem-vinda. "Temos muito que aprender. Como aprender 7500 anos de história 'das Áfricas'? Como rever nosso processo de escravidão?"

O educador Antônio Carlos Malachias (Billy) lembrou também da dificuldade de se ampliar a discussão sobre a educação anti-racista, sobretudo envolvendo a comunidade escolar. Enquanto nos movimentos negros já se discute esse tema há anos, para os gestores, professores e alunos trata-se de algo ainda novo.

Durante o debate houve também a apresentação das alunas da escola estadual Moacir Campos de São Paulo. Elas realizaram uma pesquisa com moradores da zona leste paulistana, para averiguar como a população enxerga a discriminação racial. "Pelas conclusões do nosso trabalho percebemos que, infelizmente, o racismo ainda existe", disse Nayla Nascimento, que cursa a oitava série do ensino fundamental. Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião, da Ação Educativa, desenvolvido em escolas públicas de diversos estados brasileiros, além de México e Chile.



Boletim Ebulição

Educação anti-racista será também o tema da edição de dezembro do Boletim Ebulição. Saiba mais em www.acaoeducativa.org.

